



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

MARCO DE
REFERÊNCIA DE
**EDUCAÇÃO
ALIMENTAR
E NUTRICIONAL**
PARA AS
POLÍTICAS
PÚBLICAS

Brasília, DF
2012



Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as
Políticas Públicas

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

POLÍTICAS PÚBLICAS é

A soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.^[1]

De uma forma ainda mais abrangente, pode-se considerar as Políticas Públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer".^[2]

Vargas Velasques define o termo como "conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução delas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis".^[3]

1. PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, EUA: Chatham House, 1996.

2. DYE, T.R. Policy Analysis: what governments do, why they do it, and what difference it makes. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1984.

3. DEUBEL, Andre-Noel Roth Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006.

CONTEÚDO

1. O processo de elaboração do Marco de Referência
2. O Contexto de Elaboração do Marco de Referência
3. Objetivos do Marco de Referência
4. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional
5. Conceito de Educação Alimentar e Nutricional
6. Princípios para as ações de Educação Alimentar e Nutricional
7. Campos de Práticas da Educação Alimentar e Nutricional
8. Mobilização e Comunicação
9. Formação Profissional e Educação Permanente
10. Parcerias para a realização das ações de EAN
11. A agenda pública de EAN
12. Referências Bibliográficas
13. Anexos

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MARCO DE REFERÊNCIA

- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares, Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional;
- Ministério da Saúde: Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição;
- Ministério da Educação: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Associação Brasileira de Nutrição;
- Conselho Federal de Nutricionistas;
- Universidade de Brasília: Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MARCO DE REFERÊNCIA

Encontro “Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes”, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2011.

“Atividade integradora sobre Educação Alimentar e Nutricional”, realizada durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu na cidade de Salvador/BA, em novembro de 2011.

Oficina de EAN nas Políticas Públicas, realizada no Congresso World Nutrition Rio2012, em abril de 2012.

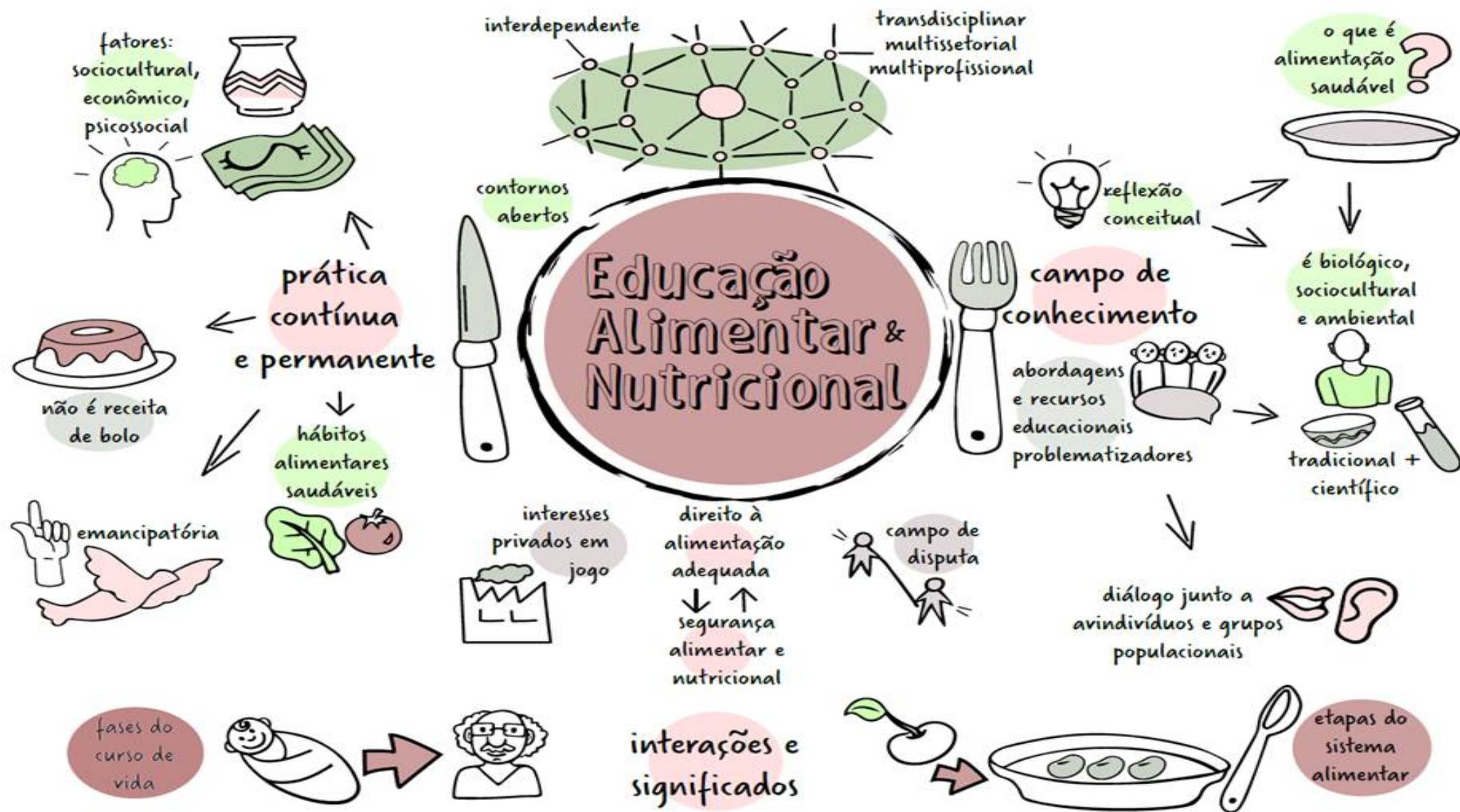
Consulta pública

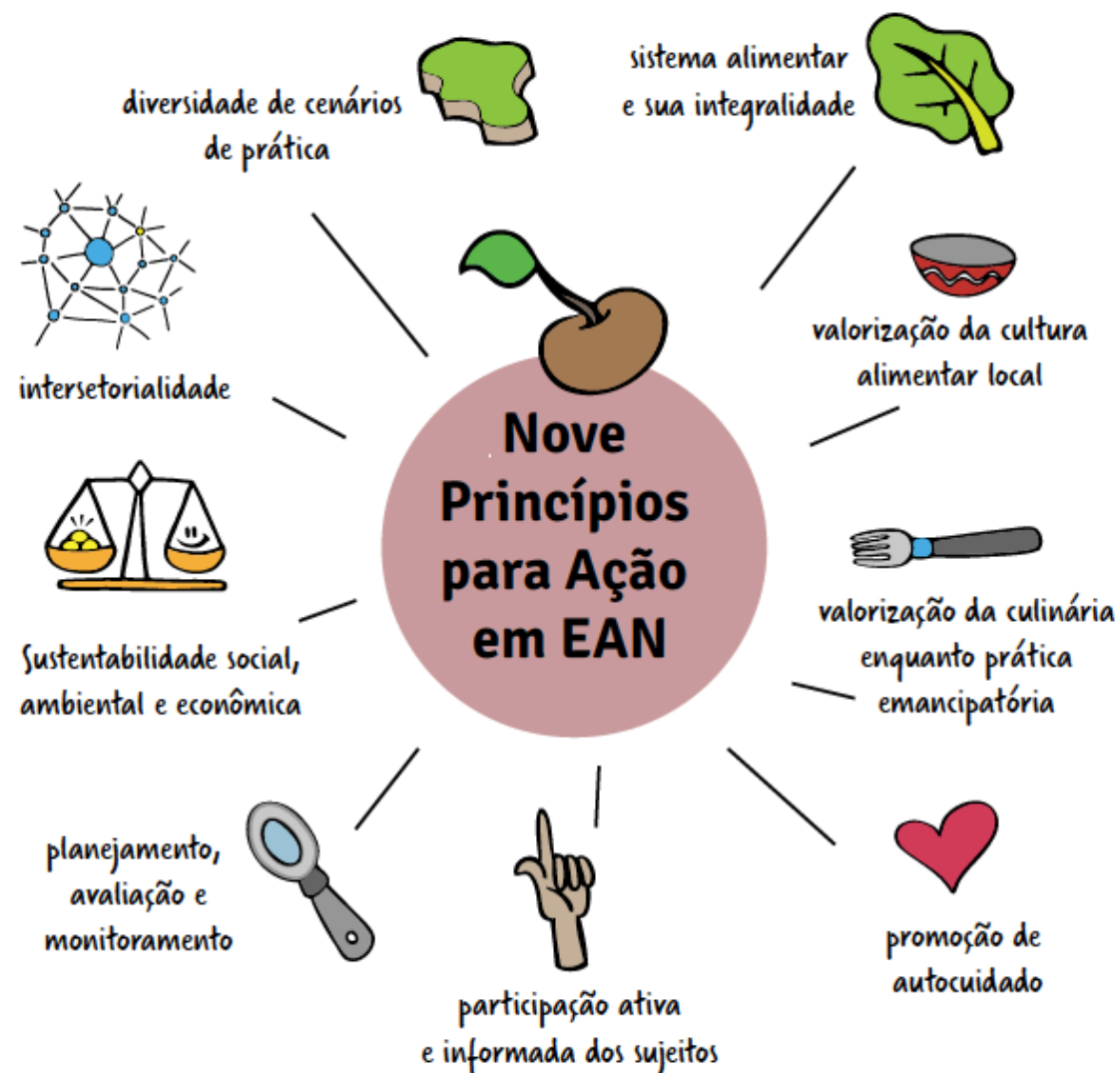
OBJETIVO DO MARCO DE REFERÊNCIA PARA EAN

Promover um **campo comum de reflexão e orientação** da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na **ação pública**, e que **contemple os diversos setores** vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- **Educação Alimentar e Nutricional,**
- no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional,
- é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional
- que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.
- A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo
- junto a indivíduos e grupos populacionais,
- considerando todas as fases do curso da vida,
- etapas do sistema alimentar e as
- interações e significados que compõem o comportamento alimentar





PRINCÍPIOS PARA AÇÃO EM EAN

Figura 2 – Os nove princípios para as ações de EAN.

Fonte: adaptado do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.

CAMPOS DE PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- » Saúde;
- » Assistência Social;
- » Segurança Alimentar e Nutricional;
- » Educação;
- » Agricultura;
- » Desenvolvimento Agrário;
- » Abastecimento;
- » Meio ambiente;
- » Esporte e Lazer;
- » Trabalho;
- » Cultura.

Campos de práticas da EAN

Setor Público	Áreas e Equipamentos Públicos	Sociedade	Setor privado
Federal Estadual Municipal Regional Local	Saúde: UBS, ESF, NASF, ambulatórios, hospitais Assistência Social: CRAS, Centro Comunitários, Conselho Tutelar, Acolhimento Institucionais SAN: Restaurantes populares, banco de alimentos, cozinhas comunitárias, feiras Educação: Creches, escolas, universidades Esporte e lazer: centros desportivos, clubes Trabalho: empresas do PAT	Entidades: profissionais, comunitárias, cooperativas Instituições de ensino e formação: escolas técnicas e tecnológicas, universidades Sistema S: SESC, SESI, SENAI, SENAC	Meios de comunicação Empresas de alimentação Indústrias UANs

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

COMO FAZER

- » Escuta ativa e próxima;
- » Reconhecimento das diferentes formas de saberes e de práticas;
- » Construção partilhada de saberes, de práticas e de soluções;
- » Valorização do conhecimento, da cultura e do patrimônio alimentar;
- » Comunicação realizada para atender às necessidades dos indivíduos e grupos;
- » Formação de vínculo entre os diferentes sujeitos que integram o processo;
- » Busca de soluções contextualizadas;
- » Relações horizontais;
- » Monitoramento permanente dos resultados;
- » Formação de rede e para profissionais e setores envolvidos visando trocas de experiências e discussões.

Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional



Informações

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN
Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares – DEISP
Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional – CGEAN
Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, sala 645. CEP 70046-900. Brasília/DF
Telefone: (61) 2030-2042
educacaoalimentarenutricional@mds.gov.br
<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar>

<https://nutricao.t4h.com.br/manuais/principios-e-praticas-para-educacao-alimentar-e-nutricional/?cn-reloaded=1>

CAMPOS DE PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

COMO É FEITO?

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

I. Sustentabilidade social, ambiental e econômica; e II. Abordagem do Sistema Alimentar, na sua integralidade.

EXPERIÊNCIA 1

Ações Agroambientais para a Promoção da Alimentação Saudável em distintos espaços comunitários em Salvador/BA

(Circuitos Agroecológicos - Universidade do Estado da Bahia/Secretarias Municipais de Saúde e Educação- Salvador/BA)

O que é?

Trata-se de um projeto de extensão, desenvolvido por iniciativa do Coletivo Circuitos Agroecológicos (Universidade do Estado da Bahia – UNEB), em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Educação de Salvador. O projeto procura desenvolver ações agroambientais em espaços comunitários, tais como escolas, universidades, prédios públicos abandonados e áreas em processo de degradação ambiental e alimentar, como uma ferramenta para a promoção da alimentação adequada e saudável. A ideia é criar circuitos alimentares locais baseados na agroecologia, conectando as pessoas do campo e da cidade com tecnologias educacionais e produtivas de baixo custo que possam ser reproduzidas em distintos contextos.

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; e IV. A comida e o alimento como referências: Valorização da culinária enquanto prática emancipatória.



EXPERIÊNCIA 2

Livro de Receitas dos Agricultores de Itanhaém – Feiras Gourmet

(Banco de Alimentos de Itanhaém - São Paulo/SP)

O que é?

Trata-se de uma experiência de compilação de receitas elaboradas por agricultores familiares do município de Itanhaém – SP, em um livro, após a realização de um projeto chamado “Feiras”, implantado em março de 2011. A ideia de fazer um livro de receitas, que utiliza os alimentos produzidos pelos agricultores, partiu da percepção que os mesmos tiveram de que a sustentabilidade da feira dependia de uma diversificação da produção; onde, até então, prevalecia o cultivo da banana. As preparações foram criadas principalmente pelas mulheres agricultoras, diversificando a variedade de produtos alimentícios comercializados na feira, revitalizando hábitos alimentares locais. O livro conferiu maior visibilidade a esta retomada criativa da comercialização rural direta e proporcionou valorização da cultura gastronômica local, aumentando significativamente o volume de venda da Feira; o que pode ser entendido como uma iniciativa exitosa para ações de divulgação de SAN.

COMO É FEITO?

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

V. A promoção do autocuidado e autonomia; e VI. A educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos.



COMO É FEITO?

EXPERIÊNCIA 3

Práticas de Educação Alimentar e Nutricional e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável – Grupo Vida Nova

(Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo PENSO) – Cuitê/PB)

O que é?

É um projeto de extensão que tem, como um de seus objetivos, contribuir para o empoderamento de mulheres, titulares de direito do Programa Bolsa Família (PBF) do município de Cuitê, localizado no Curimataú paraibano, em relação aos conhecimentos sobre Direitos Humanos e Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. A intenção é discutir e construir, coletivamente, estratégias sustentáveis de promoção de alimentação saudável; bem como dialogar sobre questões relacionadas ao Direito, Igualdade, Compromisso, Cidadania, Alimentação, Saúde, Educação e tantas outras definições que estavam perdidas, sem significados vivos nas vidas das mulheres do Grupo “Vida Nova”.

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

V. A promoção do autocuidado e autonomia; e VI. A educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos.



COMO É FEITO?

EXPERIÊNCIA 4

Projeto Educando com a Horta Escolar em Formosa: feira gastronômica e concurso de receitas

(Prefeitura Municipal - Formosa/GO)

O que é?

A experiência trata da implementação do Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia, ao qual o Município de Formosa aderiu desde 2009, por orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Seu objetivo é inserir a alimentação saudável no currículo escolar, a partir da formação docente e do envolvimento de toda a comunidade escolar, tendo a horta como um espaço pedagógico vivo. Abaixo, detalha-se, ainda, a Feira Gastronômica Escolar e o Concurso de Receitas, realizado em 2015. Usando o recurso de uma feira gastronômica, de iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, a comunidade escolar pode provar novas receitas para o cardápio da alimentação escolar, usando alimentos produzidos pela agricultura familiar e pelas hortas escolares.

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

I. Sustentabilidade social, ambiental e econômica; III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV. A comida e o alimento como referências; valorização da culinária enquanto prática emancipatória; V. A promoção do autocuidado e da autoestima; e VIII. Intersetorialidade



Fotos: Arquivos da UFOP

EXPERIÊNCIA 5

Compra Institucional: Agricultura Familiar e Segurança Alimentar nos Restaurantes Universitários da UFOP

(Universidade Federal de Ouro Preto/MG)

O que é?

O Programa de Compra Institucional da Agricultura Familiar na UFOP iniciou-se em 2015, a partir do interesse, por parte da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e outras pró-reitorias, em trabalhar um desenvolvimento social amplo, nas áreas distritais de Ouro Preto. O programa tem como fornecedores de alimentos os agricultores familiares de Ouro Preto, utilizando os recursos dos programas de aquisição de alimentos para o Restaurante Universitário (RU). Nesse processo, a universidade adquire produtos agroecológicos que são revertidos em alimentação saudável para os usuários do RU, gerando renda para as comunidades agrícolas.

COMO É FEITO?

CAMINHOS PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE EAN

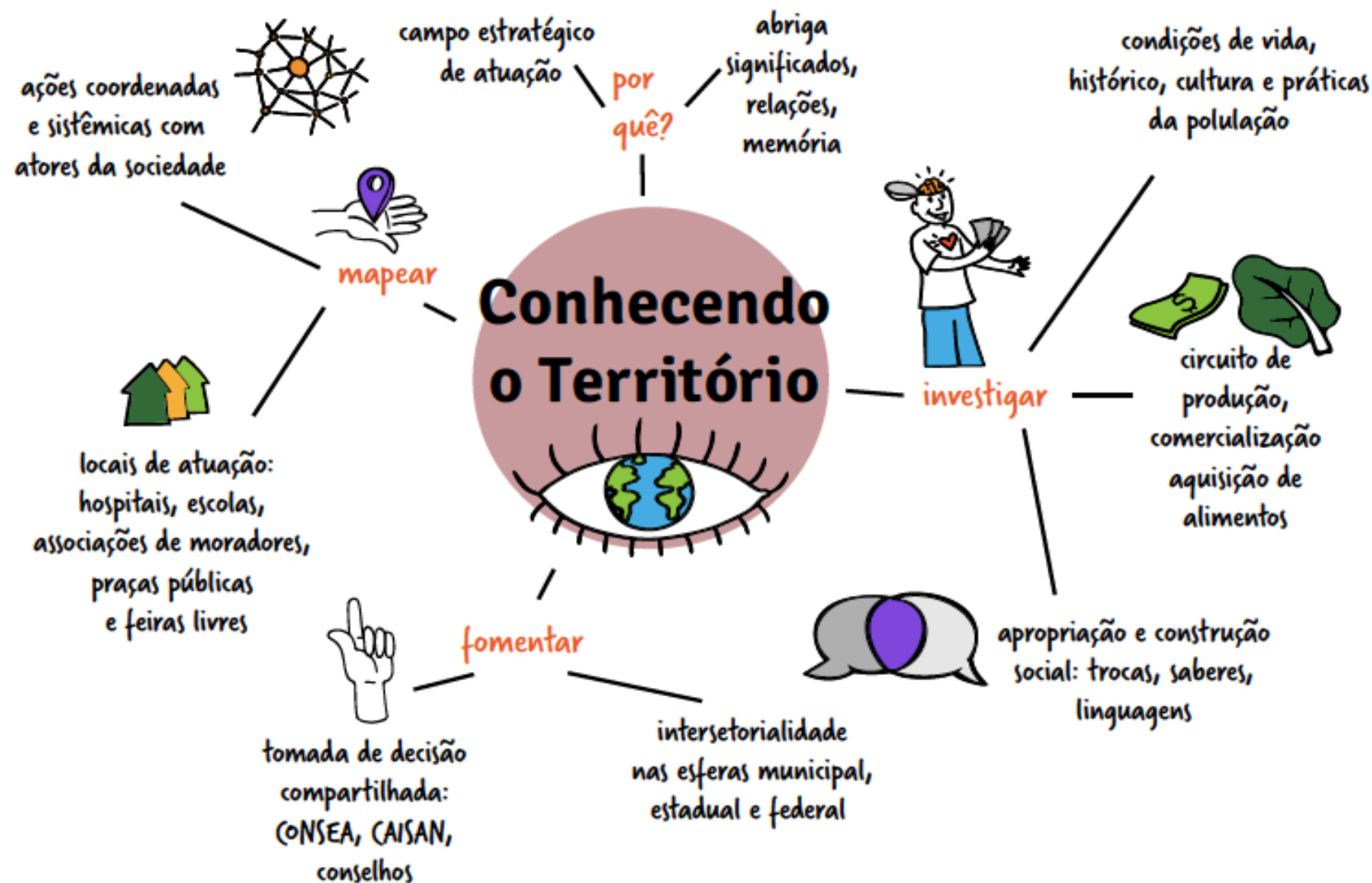


Figura 3 – Conhecendo o território no contexto da EAN.



Figura 4 – Aproximando gestores, parceiros e comunidade no contexto da EAN.



Figura 5 – Aspectos do planejamento de ações de EAN.

Questão	Descrição
1. Por que realizar?	- Identificação das problemáticas/questões observadas no território. - Definição de necessidades e prioridades. - Delineamento dos objetivos das ações de EAN. Obs: Sugere-se criar objetivos viáveis de serem realizados e que permitam avaliar se os resultados esperados puderam ser alcançados.
2. Com quem?	- Identificação das características do público: . informações objetivas: idade, gênero, origem, escolaridade, renda, tipo de moradia, trabalho, estado de saúde; . informações subjetivas: relato de vivências, opiniões, percepção de atitudes e valores subjacentes; . necessidades, demandas, expectativas, dúvidas e temas de interesses do público. - Identificação e sensibilização dos Parceiros: . que irão participar diretamente da realização das ações; Obs: Sugere-se identificar previamente quais seriam os perfis interessantes dos participantes para contemplar a transdisciplinariedade. . que podem colaborar com a viabilidade das ações.
3. Onde?	- Identificação e reconhecimento do local de realização da prática educativa: . espaço físico (fechado ou ao livre, barulhento ou silencioso, tamanho, cadeiras fixas ou móveis, quadro para anotações, pontos de eletricidade, de água e de gás, iluminação, internet, etc); . recursos audiovisuais (tv, dvd, computador, impressora, som, datashow, retroprojeto, mural, etc); . outros recursos (equipamentos de cozinha, material de papelaria, alimentos, etc).
4. Sobre o quê?	- Os mediadores das ações de EAN devem ter consciência das reais intenções com a prática educativa para: . considerar as alternativas e definir os conteúdos e as abordagens com base nas informações do diagnóstico, a fim de atender aos objetivos coletivos; . considerar e respeitar a realidade e o interesse do público para favorecer a participação e fortalecer o vínculo com os profissionais e demais participantes da ação, pautar-se nos princípios para as ações do Marco de EAN e buscar fontes confiáveis para abordagens dos temas.

Questão	Descrição
5. Como?	- Utilização de metodologias participativas, problematizadoras, lúdicas e colaborativas, pois potencializam a reflexão, o diálogo e a integração entre os participantes. - Identificação de estratégias e dinâmicas educativas, como, por exemplo: . roda de conversa ampliada ou em pequenos grupos; . demonstração de procedimentos (higienização de alimentos, lavagem das mãos, plantio de mudas, etc); . oficinas culinárias para a vivência na prática; . montagem de mapas afetivos relacionados ao circuito alimentar local; . dramatização de situações do cotidiano com análise do papel de cada “personagem” e possíveis mudanças; . visitas a feiras e a mercados para conhecimento dos alimentos e rótulos e para diálogos com produtores e trabalhadores; . troca de receitas tradicionais da família ou região; . criação de hortas domésticas, comunitárias, escolares. - Utilização de recursos educativos atrativos e de qualidade, como por exemplo: . alimentos: “<i>in natura</i>”, fotos, desenhos, modelos em plástico/resina; . cartilhas, folhetos, matérias de jornais e revistas, receitas; . sites, blogs, redes sociais, fotos ou mensagens de celular; . filmes, músicas, poesias, contos, artes plásticas; . fantoches e jogos (quebra-cabeça, dominó, memória) com sucatas e materiais reutilizáveis; . cartazes, murais. - Utilização das seguintes estratégias de comunicação: . manter contato visual; . empregar linguagem clara e acessível; . promover interação constante com os participantes; . emitir tom de voz audível e não linear; . evitar falas e textos longos; . fomentar o diálogo horizontal e a participação de todos; . estimular a comunicação empática e não violenta.

6. Quando?	- Definição da periodicidade das ações (pontuais, periódicas, permanentes): . Definição de cronograma para organização das atividades para um período determinado (prever o tempo disponível e necessário para cada atividade); . conectar as atividades de médio e longo prazo entre si.
7. Como avaliar?	- É essencial reservar um momento para ouvir a opinião das pessoas e grupos sobre as atividades de EAN. - Sugere-se a utilização de recursos ou dinâmicas atrativas e informais, para além de questionários e marcação da satisfação. - Mais do que avaliar a apreensão das informações partilhadas, o objetivo da avaliação é saber se os diálogos e atividades enriqueceram a vida cotidiana das pessoas, possibilitaram o entrosamento, mobilizaram a reflexão e a transformação. - Reflexão sobre os resultados das atividades e o alcance dos objetivos com seus parceiros, para ajustar e repensar continuamente o processo de trabalho.

Fonte: Adaptado de Souza; Rotenberg, 2014.

Quadro 2 – Exemplo de quadro para planejamento de prática educativa.

Público:			Nº de participantes:		
Local:			Data e Duração geral:		
Parceiros:					
Problemática/questão principal:					
Objetivos	Temas/ conteúdos	Atividades/ estratégias/ dinâmicas	Recursos necessários	Tempo	Responsável
Avaliação:					

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO PERMANENTE

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada

PROFISSIONAIS

SAÚDE

COMUNIDADE ESCOLAR

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AGENDA PÚBLICA DE EAN

Agenda estratégica e de articulação intersetorial e federativa

Agenda voltada para a formação profissional, estudos e pesquisas

Agenda de articulação e mobilização social

Agenda com entidades da sociedade civil

Agenda voltada a especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais



Vídeos

<https://www.youtube.com/watch?v=O7yzaCI0vlw>

https://www.youtube.com/watch?v=E899xC32MWk&frags=wn&ab_channel=IdeiasnaMesa

Considerações finais

- EAN: campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde, estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos



Referências

- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012